MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP****INQUÉRITO CIVIL Nº 0430.0000035/2025****DESPACHO**

Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apuração de possíveis irregularidades na contratação do advogado **MARCELO MARZOCHI**, através do Contrato nº 001/2025, firmado entre a Câmara Municipal de São João da Boa Vista e a sociedade individual de advocacia Marcelo Marzochi Sociedade Individual de Advocacia, mediante inexigibilidade de licitação, pelo valor total de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).

Conforme consta dos autos, a contratação foi realizada com fundamento no artigo 74, inciso III, alíneas "b", "c" e "e", da Lei Federal 14.133/2021, sob alegação de notória especialização e situação emergencial.

O Inquérito Civil foi instaurado em 27/02/2025 a partir de notícia de fato apresentada pelo jornalista Rafael Santana (MTB 97474/SP), na qual se apontou: *(a) ausência de concorrência para a contratação; (b) elevado valor do contrato; (c) existência de conflito de interesses, considerando que o contratado é advogado particular do vereador José Urias de Barros (Carioca), atual vice-presidente da Câmara Municipal.*

Em resposta às diligências iniciais, a Câmara Municipal informou estar sem assessoria jurídica especializada desde a exoneração do Procurador em 13/10/2021, que ingressou com Ação Anulatória do PAD (Processo Nº 1005994-05.2021.8.26.0568), ainda em tramitação. Alegou estar em fase de preparação para realizar concurso público para o cargo no segundo semestre de 2025.

Marcelo Marzochi, em suas razões de recurso, contestou a instauração do Inquérito Civil, afirmando que sua contratação seguiu os mesmos moldes da contratação anterior e que o noticiante teria interesses políticos na questão.

Recentemente, em 14/05/2025, o noticiante apresentou novos documentos (fls. 338-350) que evidenciam que, mesmo após a contratação pela Câmara Municipal em 17/02/2025, Marcelo Marzochi continuou atuando como advogado particular do vereador Carioca, conforme acordo judicial assinado em 21/03/2025 (fls. 342-350), demonstrando um evidente conflito de interesses.

Em diligência complementar, mediante pesquisa na plataforma eletrônica e-SAJ do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, esta Promotoria de Justiça constatou a permanência do patrocínio advocatício exercido pelo Dr. Marcelo Marzochi em favor do vereador José Urias de Barros Filho nos processos cíveis nº 0000701-03.2023.8.26.0568 e nº 0000794-63.2023.8.26.0568, ambos em tramitação perante a 1ª Vara Cível da Comarca de São João da Boa Vista, corroborando a materialidade do conflito de interesses suscitado e reforçando os indícios de violação ao princípio da impessoalidade insculpido no caput do art. 37 da Constituição Federal.

Pesquisas em fontes abertas realizadas por esta Promotoria revelaram que o contratado possui especialização em direito público concluída em 2004, com foco em interceptações telefônicas, sem pertinência temática direta com matérias de direito administrativo, legislativo e financeiro necessárias à assessoria jurídica da Câmara Municipal.

Para melhor análise dos fatos e eventual propositura de Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, é necessário aprofundar a investigação, especialmente quanto ao manifesto conflito de interesses agora documentado e à aparente ausência de notória especialização específica que justificasse a inexigibilidade de licitação.

Isto posto, com fundamento no art. 26, I, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), no art. 104, I, da Lei Complementar Estadual nº 734/93 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo), e no art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), DETERMINO:

1. Notifique-se o **Sr. MARCELO DE LUCA MARZOCHI**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, preste esclarecimentos, por escrito, acerca

de sua atuação simultânea como advogado da Câmara Municipal e como advogado particular do vereador José Urias de Barros Filho, conforme evidenciado no acordo judicial de 21/03/2025 (fls. 342-350) nos autos dos processos nº 0000701-03.2023.8.26.0568 e nº 0000794-63.2023.8.26.0568, esclarecendo:

- o Se comunicou formalmente à Câmara Municipal sobre esta dupla atuação;
 - o Quais medidas adotou para evitar o conflito de interesses;
 - o Como justifica a conformidade desta conduta com as normas éticas da advocacia.
2. Notifique-se o vereador **JOSÉ URIAS DE BARROS FILHO (CARIOCA)**, vice-presidente da Câmara Municipal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, preste esclarecimentos sobre:
- o Sua participação nas discussões e deliberações relacionadas à contratação do advogado Marcelo Marzochi pela Câmara Municipal;
 - o Seu relacionamento profissional com o advogado Marcelo Marzochi antes e depois da contratação deste pela Câmara;
 - o Se declarou impedimento ou se absteve de participar de decisões relacionadas à contratação de seu advogado pessoal.
3. Oficie-se à Câmara Municipal de São João da Boa Vista/SP, na pessoa de seu Presidente, **Sr. Luis Carlos Domiciano**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, FORNEÇA:
- o Esclarecimentos sobre o conflito de interesses evidenciado pela atuação simultânea de Marcelo Marzochi como advogado da Câmara e advogado particular do vice-presidente da Casa;
 - o Cópia da ata da sessão da Mesa Diretora que deliberou sobre a contratação do advogado Marcelo Marzochi;
4. Oficie-se à 37ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil - São João da Boa Vista/SP, para fins de ciência, quanto às questões éticas envolvidas na atuação simultânea de advogado como representante da Câmara Municipal

e como defensor particular de um de seus membros, especialmente considerando as normas do Código de Ética e Disciplina da OAB.

5. **RECOMENDO** ao Presidente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, Sr. Luis Carlos Domiciano, com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, a **IMEDIATA SUSPENSÃO DO CONTRATO Nº 001/2025**, firmado com a Marcelo Marzochi Sociedade Individual de Advocacia, pelos seguintes fundamentos: **a)** Existência de grave e documentado conflito de interesses, evidenciado pela atuação simultânea do advogado Marcelo Marzochi como representante da Câmara Municipal e como advogado particular do vereador José Urias de Barros Filho, vice-presidente da Casa, conforme acordo judicial datado de 21/03/2025 (posterior à contratação pela Câmara) nos autos dos processos nº 0000701-03.2023.8.26.0568 e nº 0000794-63.2023.8.26.0568; **b)** Aparente ausência dos requisitos legais para a inexigibilidade de licitação, notadamente a comprovação de notória especialização específica na área de atuação necessária, considerando que a formação e experiência do contratado não demonstram pertinência temática direta com as matérias de direito administrativo, legislativo e financeiro necessárias à assessoria jurídica da Câmara Municipal; **c)** Indícios de direcionamento da contratação e possível favorecimento pessoal, considerando o histórico de atuação de Marcelo Marzochi como advogado do vereador Carioca, inclusive de forma pro bono, seguido de sua contratação pela Câmara Municipal onde Carioca é vice-presidente; **d)** Potencial violação aos princípios constitucionais da impessoalidade, moralidade e eficiência na gestão pública; **e)** Risco de dano ao erário com a continuidade de contrato administrativo eivado de nulidades (R\$ 84.000,00).

Alerto que o descumprimento injustificado da presente **RECOMENDAÇÃO** poderá caracterizar **DOLO** para fins de improbidade administrativa, conforme a Lei Federal nº 8.429/92, bem como ensejar a adoção das medidas judiciais cabíveis, incluindo eventual ação civil pública com pedido de tutela de urgência para suspensão do contrato.

6. Fixo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação do Presidente da Câmara Municipal quanto ao acatamento ou não da recomendação, devendo, em caso negativo, apresentar as justificativas fundamentadas.
7. Advirta-se que o descumprimento injustificado das requisições ministeriais poderá caracterizar o crime tipificado no art. 10 da Lei nº 7.347/85, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
8. Com as respostas, ou decorridos os prazos sem manifestação, façam-se os autos conclusos para deliberação.

Serve o presente despacho como ofício e recomendação, a serem encaminhados pelo Oficial de Promotoria.

São João da Boa Vista, 21 de maio de 2025.

ANDRÉ PEREIRA MELO
Promotor de Justiça Substituto

Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEREIRA MELO**, em 21/05/2025 às 14:24.
Para verificar a autenticidade deste documento, acesse o serviço pelo Atendimento ao Cidadão e à Cidadã, no site do Ministério Público do Estado de São Paulo, e informe o nº do procedimento **0430.0000035/2025** e código 68bbf21b-6379-4cc6-8317-4dfd987dd5fe.

Promotoria de Justiça de São João da Boa Vista

CERTIDÃO

Certifico haver dado integral cumprimento às determinações contidas no despacho retro, conforme segue. S.J.B.Vista, 21 de maio de 2025. Eu, Humberto Fernando Ignácio, Oficial de Promotoria, subscrevi.

Documento assinado eletronicamente por **HUMBERTO FERNANDO IGNACIO**, em 21/05/2025 às 15:25.

Para verificar a autenticidade deste documento, acesse o serviço pelo Atendimento ao Cidadão e à Cidadã, no site do Ministério Público do Estado de São Paulo, e informe o nº do procedimento **0430.0000035/2025** e código 83e474c7-6fda-4dba-accd-0b74e5d4d496

NOTIFICAÇÃO Nº 043/2024

Ilustríssimo Senhor

MARCELO DE LUCA MARZOCHI

Notifico Vossa Senhoria, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, preste esclarecimentos, por escrito, nos autos do Inquérito Civil nº 0430.0000035/2025, acerca de sua participação simultânea como advogado da Câmara Municipal e como advogado particular do vereador José Urias de Barros Filho, conforme evidenciado no acordo judicial de 21/03/2025 (fls. 342-350) nos autos dos processos nº 0000701-03.2023.8.26.0568 e nº 0000794-63.2023.8.26.0568, esclarecendo:

- a) se comunicou formalmente à Câmara Municipal sobre esta dupla atuação;
- b) quais medidas adotou para evitar o conflito de interesses;
- c) como justifica a conformidade desta conduta com as normas éticas da advocacia.

S.J.B. VISTA, 21 de maio de 2025.

ANDRE PEREIRA MELO
Promotor de Justiça Substituto

Documento assinado eletronicamente por **ANDRE PEREIRA MELO**, em 21/05/2025 às 15:52.
Para verificar a autenticidade deste documento, acesse o serviço pelo Atendimento ao Cidadão e à Cidadã, no site do Ministério Público do Estado de São Paulo, e informe o nº do procedimento **0430.0000035/2025** e código 12efdd75-08f2-4ad4-86ae-15e915431c58.

NOTIFICAÇÃO Nº 044/2024

Ilustríssimo Senhor

JOSÉ URIAS DE BARROS FILHO

DD. Vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista/SP

Notifico Vossa Senhoria, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, preste esclarecimentos, nos autos do Inquérito Civil nº 0430.0000035/2025, sobre:

- sua participação nas discussões e deliberações relacionadas à contratação do advogado Marcelo Marzochi pela Câmara Municipal;
- seu relacionamento profissional com o advogado Marcelo Marzochi antes e depois da contratação deste pela Câmara;
- se declarou impedimento ou se absteve de participar de decisões relacionadas à contratação de seu advogado pessoal.

S.J.B. VISTA, 21 de maio de 2025.

ANDRE PEREIRA MELO

Promotor de Justiça Substituto

Documento assinado eletronicamente por **ANDRE PEREIRA MELO**, em 21/05/2025 às 15:52.
Para verificar a autenticidade deste documento, acesse o serviço pelo Atendimento ao Cidadão e à Cidadã, no site do Ministério Público do Estado de São Paulo, e informe o nº do procedimento **0430.0000035/2025** e código **3bf7c7c2-a890-4533-873f-f4a64b5f0739**.

Promotoria de Justiça de São João da Boa Vista

E-MAIL ENVIADO

Nº Procedimento: 0430.0000035/2025

De: pjsjbvista@mpsp.mp.br

Para: marcelomarzochi@adv.oabsp.org.br

Cc:

Cco:

Enviado em: 21/05/2025, às 16:24

Por: HUMBERTO FERNANDO IGNACIO

Documentos do procedimento compartilhados pela Promotoria:

0055-Notificação;

Anexos:

Assunto: Encaminha Notificação

Mensagem

Prezado Senhor,

Marcelo de Luca Marzochi!

Segue anexo, Notificação nº 043/2025, expedido nos autos do Inquérito Civil nº 0430.0000035/2025, em trâmite nesta Promotoria de Justiça, para as devidas providências.

Favor acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Humberto Fernando Ignácio

Oficial de Promotoria

Matr. 1973

[Ver documentos do atendimento compartilhados pela Promotoria](#)

Este link tem validade de 1 ano após o seu recebimento.

Promotoria de Justiça de São João da Boa Vista

E-MAIL ENVIADO

Nº Procedimento: 0430.0000035/2025

De: pjsjbv@mpsp.mp.br

Para: protocolo.cmsjbv@gmail.com

Cc:

Cco:

Enviado em: 21/05/2025, às 16:32

Por: HUMBERTO FERNANDO IGNACIO

Documentos do procedimento compartilhados pela Promotoria:

0056-Notificação;

Anexos:

Assunto: Encaminha Notificação

Mensagem

Prezado (a) Senhor (a),

Segue anexo, Notificação nº 044/2025, expedido nos autos do Inquérito Civil nº 0430.0000035/2025, em trâmite nesta Promotoria de Justiça, para a devida entrega ao Vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista/SP, Sr. José Urias de Barros Filho.

Favor acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Humberto Fernando Ignácio

Oficial de Promotoria

Matr. 1973

[Ver documentos do atendimento compartilhados pela Promotoria](#)

Este link tem validade de 1 ano após o seu recebimento.

Promotoria de Justiça de São João da Boa Vista

E-MAIL ENVIADO

Nº Procedimento: 0430.0000035/2025

De: pjsjbv@mpsp.mp.br

Para: protocolo.cmsjbv@gmail.com

Cc:

Cco:

Enviado em: 21/05/2025, às 16:39

Por: HUMBERTO FERNANDO IGNACIO

Documentos do procedimento compartilhados pela Promotoria:

0053-Despacho;

Anexos:

Assunto: Encaminha Despacho

Mensagem

Prezados (as) Senhores (as),

Segue anexo, Despacho, expedido nos autos do Inquérito Civil nº 0430.0000035/2025, em trâmite nesta Promotoria de Justiça, para a devida entrega na pessoa do Vereador e Presidente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista/SP, Sr. Luis Carlos Domiciano.

Favor acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Humberto Fernando Ignácio

Oficial de Promotoria

Matr. 1973

[Ver documentos do atendimento compartilhados pela Promotoria](#)

Este link tem validade de 1 ano após o seu recebimento.